

**ATA DA 72ª REUNIÃO – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO
DO CIRCUITO DAS ÁGUAS**

1 No dia **24 (vinte e quatro)** do mês **04 (abril)** de **2023 (dois mil e vinte e três)** às
2 14h00min, reuniram-se na sede do Consórcio em Assembleia Geral Extraordinária do
3 Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas –
4 CISBRA inscrito no CNPJ sob nº 14.009.006/0001-34, os seguintes prefeitos: Edson
5 Rodrigo de Oliveira Cunha de **Monte Alegre do Sul**, Luciano Lopes de **Lindóia** e o
6 Vice-Prefeito Henrique César Coutinho da Rocha de **Socorro**. Por procuração
7 compareceu José Mauro Corrêa Alvarenga de **Águas de Lindoia**, Clara Geromel de
8 **Morungaba**, Paschoal Aparecido Loner de **Pedreira**, Murilo Rafael Pinto de
9 **Pinhalzinho**, Dr. Christian Fernando Capato de Oliveira de **Serra Negra**, Rafael
10 Tanganelli Pallamin de **Tuiuti**. Do CISBRA estiveram presentes: a Superintendente
11 Sandra Cristina Dimis Santos, Dr. Vitor Ribeiro Junqueira Casteli, Victor Lippi
12 Zaccariotto e Marcela Lonel de Souza Guelere, conforme lista de presença anexa.
13 Iniciando a pauta da reunião com a composição do quórum para deliberação, o
14 Presidente Edson Rodrigo de Oliveira Cunha cumprimenta os presentes com a
15 declaração de abertura da sessão e considerações iniciais. Ato contínuo, a respeito da
16 a pauta **2. Aprovação das atas 65 a 71** elucida que as atas foram previamente
17 encaminhadas e coloca à apreciação dos presentes, sendo dispensada sua leitura,
18 foram aprovadas. O Presidente Edson Rodrigo ressalva que as atas podem ser
19 revistas no caso de objeção dos integrantes. Seguidamente, solicita que as próximas
20 pautas sejam conduzidas pela superintendente Sandra Dimis. A respeito da pauta **3.**
21 **Apresentação de tecnologia para reaproveitamento de resíduos** exibe um vídeo
22 referente a usina de beneficiamento visitada pelos técnicos do Consórcio e dos mgj
23 municípios consorciados. Sandra Dimis descreve com especificidades no que consiste
24 a tecnologia, inclusive os estudos em andamento para contratação da implantação
25 para o Consórcio. Explica que preliminarmente será necessário a realização de um 13
26 estudo de viabilidade técnica e econômica que só será possível com a definição da 11 2
27 área mencionada na pauta **4. Cessão de área para implantação de usina**. A respeito
28 o Presidente Edson Rodrigo observa a necessidade de consultar os consorciados a
29 respeito de disponibilidade e interesse na cessão desta área. O Secretário Paschoal
30 Loner de Pedreira informa do interesse do município na cessão da área. O Presidente
31 do Consórcio determina que seja realizada uma manifestação de interesse a todos os OP
32 consorciados para posterior eleição da área. Requer ainda autorização para
33 contratação de equipe técnica especializada para os estudos preliminares de ordem
34 técnica-econômica. Não havendo nenhuma manifestação contrária, foi autorizado

35 pelos presentes. O Secretário Paschoal de Pedreira acrescenta que a tecnologia é
36 uma das mais viáveis, de implantação imediata. O Secretário José Mauro de Águas
37 de Lindóia observa que visitou a usina e que embora seja uma tecnologia funcional, o
38 Consórcio acabou de inaugurar a revisão do plano de gestão de resíduos que prevê
39 força na coleta seletiva para quatro anos e sugere prioridade na implementação das
40 diretrizes divulgadas no Plano Regional. Opina que o plano foi muito bem elaborado
41 com diagnósticos muito bem estruturados e que merece atenção. Acredita ainda que
42 com a prática das diretrizes apontadas no novo Plano de Resíduos a gestão dos
43 resíduos recicláveis será bem-sucedida. A superintendente Sandra Dimis esclarece
44 que a implantação da usina para reaproveitamento dos resíduos não concorre com a
45 implementação das diretrizes diagnosticadas no Plano, que as ações se
46 complementam, que os resíduos que serão encaminhados a Usina de tratamento é o
47 domiciliar, pós separação já realizada pelos municípios de acordo com o que já é
48 praticado nos municípios. O Presidente Edson Rodrigo complementa que é necessário
49 investimento em sensibilização, conscientização ambiental para incremento da
50 separação dos resíduos recicláveis. A respeito da pauta **5. Apresentação de**
51 **tecnologia para captação de resíduos sólidos e detritos urbanos para**
52 **desobstrução de bocas de lobo, bueiros e afins**, Sandra apresenta tecnologia para
53 implantação de tela coletora para recolhimento do material que entope encanamentos,
54 galerias e bocas de lobo das vias. Informou que será realizada consulta aos
55 consorciados para aquisição por através de ata de registro de preços. O Presidente do
56 Consórcio propõe que se faça ata de registro de preços para outros produtos e
57 serviços, e que os técnicos dos municípios consorciados definam as possíveis
58 demandas. Quanto a pauta **6. Licenciamento ambiental pelo Consórcio**, a
59 superintendente comenta da visita que realizou em Consórcio pioneiro com objeto
60 exclusivo para licenciamento ambiental. Com o intuito de agilizar as licenças
61 ambientais nos municípios, sugere que o Consórcio inicie um processo para oferecer
62 aos consorciados esse serviço, a princípio, as de baixo impacto, demonstrando ainda,
63 as vantagens em decorrência do serviço. A Secretária municipal Clara Geromel
64 esclarece que certas categorias de licenciamento não são passíveis de
65 municipalização. O presidente Edson Rodrigo sugere convidar o Consórcio do Vale do
66 Paraíba para uma apresentação do serviço aos técnicos municipais. A sugestão é
67 aceita pelos presentes. A pauta **7. Aprovação da minuta para regulamentação da**
68 **expedição de precatórios** é apresentada pelo procurador jurídico Dr. Vitor Castelli. O
69 procurador explica que com o aumento das ações judiciais trabalhistas no Consórcio
70 existe a necessidade de regulamentação de precatórios. Descreve as ações

71 trabalhistas em andamento no Consórcio, com detalhamento da origem e valores.
72 Esclarece inclusive a necessidade de aprovação de um percentual de negociação
73 apresentado na pauta **8. Análise e aprovação do percentual para realização de**
74 **acordos judiciais.** Os presentes discutem a respeito da regulamentação do precatório
75 e da possibilidade de percentual de desconto para acordos decorrentes de
76 condenações trabalhistas. Dr. Christian Fernando de Serra Negra contribui com base
77 na experiência com acordos em ações judiciais trabalhistas e sugere a previsão de
78 possibilidade de parcelamento dos valores, visando a menor onerosidade
79 administrativa. Restou aprovado, sem objeções, o inteiro teor da regulamentação para
80 precatórios e a proposta para acordos a partir de 10% (dez por cento) de desconto
81 sem definição de desconto máximo com opção de parcelamento, desde que esteja
82 previsto em orçamento anual de custos. No tocante a pauta 9. **Instituição da taxa**
83 **referente a prestação do serviço de manejo dos resíduos sólidos (taxa do lixo),**
84 Vitor Castelli adverte aos municípios com respaldo no Art. 29 do Novo Marco Legal de
85 Saneamento Básico (Lei nº 14.026/2020). Explica que de acordo com a lei os
86 municípios são obrigados a instituir a taxa do lixo para sustentabilidade da prestação
87 dos serviços públicos de saneamento. Sandra Dimis, superintendente do Consórcio
88 recomenda que a regulamentação, instituição e manutenção dessa taxa seja realizada
89 pelo Consórcio. O Presidente do Consórcio complementa que é de suma importância
90 que o Consórcio inicie os estudos para a criação da taxa, inclusive com possíveis
91 descontos para incentivo das ações ambientais. O Vice-prefeito de Socorro, Henrique
92 César, acrescenta que o município instaurou com abertura de processo administrativo
93 na Secretaria da Fazenda para análise da implementação da taxa e que o resultado
94 apontou que a prestação de serviços de gestão de resíduos de Socorro, atualmente, mg
95 não é deficitária, ou seja, que as receitas atuais compõe a sustentabilidade econômica
96 e financeira. Aproveitando, o Vice-presidente do Consórcio, Luciano Lopes exemplifica
97 que no município de Lindóia elaborou projeto de lei para instituição da taxa, no entanto,
98 não foi aprovada pelo Legislativo municipal. Após as considerações dos presentes,
99 decidiram que o assunto seja analisado pela equipe técnica dos consorciados durante
100 o exercício. Finalizando com a pauta. **1. Entrega do equipamento móvel para**
101 **reciclagem de resíduos da construção civil – RCC,** Sandra comunica o andamento
102 para contratação dos serviços do equipamento, local de armazenamento, dentre
103 outras considerações. Em seguida, foi realizada a entrega oficial do equipamento com
104 registro fotográfico. Não havendo mais nada a tratar, a reunião é encerrada. Eu,
105 Marcela Lonel de Souza Guelere, portadora da cédula de identidade nº RG.
106 30.340.898-4 SSP/SP e CPF 213.711.408-98, redigi e lavrei a presente ata, que segue

107 assinada por mim e pelo presidente Sr. Edson Rodrigo de Oliveira Cunha, portador da
108 cédula de identidade sob nº RG. nº 41.045.314 SSP/SP e CPF nº 313.441.098-29.
109 Amparo, 24 de abril de 2023.


Marcela Lonel de Souza Guelere
Assistente Administrativo


Edson Rodrigo de Oliveira Cunha
Presidente